

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GABRIELA SUDATTI GUIMARÃES

**MULHERES, TRABALHO DOMÉSTICO E ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES
DO TRABALHO REPRODUTIVO NO DESEMPENHO ACADÊMICO E
ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA**

**Bagé
2022**

GABRIELA SUDATTI GUIMARÃES

**MULHERES, TRABALHO DOMÉSTICO E ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES
DO TRABALHO REPRODUTIVO NO DESEMPENHO ACADÊMICO E
ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Matemática - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Peres Oliveira

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

G963m Guimarães, Gabriela Sudatti
Mulheres, Trabalho Doméstico e Ensino Superior: Implicações
do trabalho reprodutivo no desempenho acadêmico e estratégias
de permanência / Gabriela Sudatti Guimarães.
48 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, MATEMÁTICA, 2022.
"Orientação: Cristiano Peres Oliveira".

1. Trabalho doméstico. 2. Trabalho reprodutivo. 3.
Estudantes. 4. Mulheres. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

GABRIELA SUDATTI GUIMARÃES

**MULHERES, TRABALHO DOMÉSTICO E ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES DO
TRABALHO REPRODUTIVO NO DESEMPENHO ACADÊMICO E ESTRATÉGIAS DE
PERMANÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Matemática - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Matemática.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10 de agosto de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cristiano Peres Oliveira
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
UNIPAMPA

Profa. Dra. Dionara Teresinha Aragon Aseff
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/08/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CRISTIANO PERES OLIVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/08/2022, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **DIONARA TERESINHA ARAGON ASEFF, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/08/2022, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0898118** e o código CRC **E9DA5C5E**.

Referência: Processo nº 23100.016982/2022-42 SEI nº 0898118

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, e posteriormente, uma entrevista não-diretiva para o público-alvo de estudantes do Curso de Matemática – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé. Possui como problema de pesquisa compreender quais são as implicações da sobrecarga do trabalho doméstico no desempenho acadêmico e no cotidiano de estudantes, especialmente, do gênero feminino e como se dá essa conciliação. Com intuito de identificar o perfil das pessoas que realizam esse trabalho majoritariamente sozinhas foi utilizado o questionário, e a entrevista destinada a estudantes que constituíram esse perfil. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e consiste em um estudo de caso utilizando os instrumentos de pesquisa citados. Esse estudo revelou que a maioria das pessoas que apresentam essa sobrecarga são mulheres e, sobretudo, mães. Entre as principais dificuldades foi citado a falta de tempo e organização. Além disso, parte das entrevistadas possui sugestões de melhorias para o transporte público de Bagé.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Trabalho reprodutivo. Estudantes. Mulheres.

ABSTRACT

The present work presents the results of the application of a questionnaire with open and closed questions, and later, a non-directive interview for the target audience of students of the Mathematics Course - Licentiate of the Universidade Federal do Pampa, Bagé. Its research problem is to understand what the implications of the overload of housework on the academic performance and daily life of students are, especially female students, and how this conciliation takes place. To identify the profile of people who carry out this work mostly alone, the questionnaire was used, and the interview aimed at students who constituted this profile. The research has a qualitative approach and consists of a case study using the aforementioned research instruments. This study revealed that the majority of people who present this burden are women and, above all, mothers. Among the main difficulties was cited the lack of time and organization. In addition, part of the interviewees has suggestions for improvements for public transport in Bagé.

Keywords: Housework. Reproductive work. Students. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pergunta 14.....	31
Figura 2 – Pergunta 5.....	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 Reprodução social e trabalho doméstico	17
2.2 O trabalho doméstico como trabalho	18
2.3 Mulheres e o Ensino Superior.....	23
2.4 Articulação entre a esfera produtiva/pública e a reprodutiva/privada	25
3 METODOLOGIA	28
3.1 Técnica de produção de dados.....	28
3.2 Operacionalização da pesquisa.....	28
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
4.1 Participação de estudantes nos afazeres domésticos	30
4.2 Entrevista com estudantes que realizam trabalho doméstico	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em analisar e compreender estratégias utilizadas por estudantes¹ do Curso de Matemática – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, na busca de formação profissional/acadêmica, que simultaneamente exercem todas, ou a maior parte, das tarefas domésticas e demais demandas do lar, que em conjunto constituem o trabalho reprodutivo, bem como identificar qual o impacto deste trabalho no seu desempenho acadêmico. Este trabalho tem, também, a intenção de identificar esse impacto no cotidiano, a participação dos gêneros na realização dos afazeres domésticos e reconhecer a concepção de estudantes acerca do caráter econômico do trabalho no lar, ou seja, o fato deste ser condição necessária para a produção e reprodução de força de trabalho.

Em relação ao tema da pesquisa, buscou-se referencial em diversas faces do feminismo-marxista. O conceito de "trabalho reprodutivo" refere-se a terminologia reprodução social que, de acordo com Brenner e Laslett (1989, p. 382), pensadoras feministas utilizam desta para se referir a “atividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relacionamentos, diretamente ligados na manutenção diária da vida, e da reprodução intergeracional”, inclusive acrescenta-se que essas atividades podem ser do tipo física, mental e emocional (*Ibidem*). Com isso, fica evidente que os trabalhos incluídos na esfera da reprodução são os responsáveis pela disponibilidade de alimentos e roupas para consumo imediato, por exemplo.

O trabalho reprodutivo, portanto, abrange o conjunto de afazeres domésticos, majoritariamente realizado por mulheres, pode-se citar como exemplos a limpeza do lar, o preparo da comida, o cuidado de crianças, idosos e enfermos. Este tipo de trabalho, geralmente, ocorre em um espaço doméstico (privado). A diferença do trabalho doméstico para o trabalho reprodutivo é que o último possui um conceito mais amplo abrangendo o primeiro. Por exemplo: além de incluir afazeres domésticos, também inclui uma série de responsabilidades diárias para com o lar e seus integrantes.

¹Estudantes refere-se não necessariamente aquelas que se identificam como mulheres, embora seja utilizado esta palavra por acreditar-se que a maioria dessas pessoas se reconheçam como mulheres, contudo, houve espaço para outras pessoas, dissidentes de gênero, que se encaixem de forma parcial ou nula com o gênero feminino.

Baseado nesta perspectiva, pode-se afirmar que o trabalho reprodutivo é condição necessária para a produção e reprodução da força de trabalho, no entanto é desvalorizado e invisibilizado, isto é, não reconhecido e/ou com pouco valor e, pelo menos, desde o mundo moderno, não é visto como um trabalho pela sociedade em geral.

No caso desta pesquisa que envolve estudantes do ensino superior, necessita-se descrever como a educação superior passou por uma fase de expansão que atingiu o público feminino nos dias de hoje. A partir do Censo Demográfico do território brasileiro, sabe-se que 55,7% das matrículas em cursos de graduação presenciais foram feitas por mulheres (IBGE, 2019).

A partir do espaço conquistado por estudantes nas universidades, surgiram novos desafios, principalmente no caso comum de uma trabalhadora do lar que às vezes não possui independência financeira e que, com o propósito da obtenção desta precisa vender sua força de trabalho em uma (outra) jornada de trabalho por meio de empregos informais e/ou formais de baixa remuneração, como o emprego doméstico, por exemplo, enquanto estuda. Inclusive, o trabalho exercido na esfera reprodutiva por uma pessoa, dependendo do número de residentes da família, trabalhadores e não trabalhadores, pode ser por si só exaustivo.

Aliar o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo e a educação no ensino superior constitui um desafio, por vezes, quase intransponível para as mulheres. Entende-se que é necessário que busquem por uma independência e estabilidade financeira, além da luta pelo reconhecimento profissional e até mesmo para a redução da(s) jornada(s) de trabalho.

Porém, a partir da ampliação do acesso ao ensino superior, os desafios persistiram, pois, vão desde a permanência nas universidades e a conclusão do curso, sem se aproximar do tempo curricular máximo ou do tempo previsto, até a inserção no mercado de trabalho.

Ao analisar as principais etapas da formação da sociedade brasileira, pode-se perceber que o gênero feminino esteve em desvantagem no que tange à instrução, fato este que pode ser explicado a partir da formação estrutural da sociedade, juntamente com ideias míticas que já foram hegemônicas, principalmente no período colonial, mas que ainda restam resquícios atualmente acerca da “natureza da mulher” ou de sua “vocação natural” para determinadas ocupações.

Durante o período colonial, eram raros os casos em que a mulher aprendia a ler e escrever, o que, segundo Saffioti (2013, p. 269), não era uma característica discriminatória com as mulheres do Brasil Colônia, já que na civilização portuguesa a instrução feminina, exceto a educação exclusiva às prendas domésticas, era considerada “heresia social”. Ainda afirma que em certas regiões do Brasil no século XVI e XVII as mulheres não sabiam falar a língua portuguesa.

A situação tradicional em que a colocaram os costumes e as leis, a ausência de vida social e mundana e a falta quase absoluta de instrução (pois raramente aprendiam a ler e escrever) davam-lhes essa timidez e reserva habituais, que as faziam corar ao serem surpreendidas por estranhos ou as deixavam desconcertadas diante de hóspedes e forasteiros (FREYRE, 1958, p. 619 apud SAFFIOTI, 2013, p. 268).

Em decorrência do estado de indigência cultural em que viviam na época colonial, formam-se traços “essencialmente femininos”, como a timidez e a ignorância, eram os adjetivos utilizados por viajantes estrangeiros (SAFFIOTI, 2013, p. 268). Como a educação neste período ainda não representava valor social, sendo utilizada, sobretudo, segundo Saffioti (*Ibid.*, p. 266) “[...] como um instrumento de catequese dos filhos menores de colonos brancos e dos índios”, era papel desempenhado pelos jesuítas, os quais tinham uma atuação negativa sobre a mulher devido ao “[...] princípio da segregação sexual, integrante da tradição ibérica e validado pela Igreja Católica” o qual “iria, assim, pesar profundamente na formação da personalidade feminina [...]”, e que, conforme a autora, tornara a mulher “um ser sedentário, submisso, religioso, e de restrita participação cultural” (*Ibid.*, p. 266).

As mulheres brancas da época escravocrata apresentavam os requisitos fundamentais para submeter-se, sem constatação, ao poder patriarcal, aliando à ignorância uma imensa imaturidade. Casavam-se, via de regra, tão jovens que aos 20 anos eram praticamente consideradas solteironas. Era normal que aos 15 anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornaram mães aos 13 anos. Educadas em ambientes rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido (*Ibid.*, p. 241).

Obviamente, havia uma diferença enorme entre as residentes brasileiras brancas e as negras as quais vivenciaram o período da escravidão no Brasil que para além das mesmas funções que eram submetidos o homem negro escravizado, ou seja, no âmbito do sistema produtivo, estas últimas ainda sofreram abusos sexuais por parte diretamente dos “*senhores*” ou quando este a alugava para outro. Contudo, as mulheres da classe dominante também eram afetadas de alguma

forma, Saffioti acrescenta que raramente saíam as ruas, exceto quando iam para à igreja, e nunca o faziam desacompanhadas (*Ibid.*).

A propriedade territorial se constituía, a princípio, na única fonte de direitos políticos. Como as mulheres eram excluídas desse privilégio, igualam-se a partir deste ângulo, aos escravos. Por herança, entretanto, inúmeras mulheres tiveram acesso à propriedade e revelaram iniciativa e qualidades suficientes para o desempenho da tarefa (*Ibid.*, p. 250).

Até o Brasil Colônia não existia educação para crianças e adolescentes do sexo feminino, a não ser pelos conventos. O primeiro convento brasileiro data de 1678, localizado na Bahia. A instrução recebida era basicamente de leitura e escrita, aprendidos ao lado da música. Entretanto, era baixo o número de mulheres internadas nestes locais, doze eram o total em 1728, no Recolhimento de Santa Thereza, em São Paulo (*Ibidem*).

A demanda por uma modernização do país, com intuito de alcançar similaridades com países desenvolvidos da época, como a Inglaterra, encontrou dois obstáculos, antes do século XIX, que eram o trabalho escravo e a educação, pois, “nas sociedades em que o liberalismo era dominante, o desenvolvimento industrial era movido pelo trabalho livre e assalariado” (MAZZEO, 2013, p. 20960).

Após esse período, a vinda da corte portuguesa para o Brasil fez com que surgissem poucas opções de instrução laica para a mulher, que eram colégios particulares em que senhoras portuguesas, francesas e, posteriormente alemãs instruíam suas alunas com costura, bordado, religião e rudimentos de aritmética (SAFFIOTI, 2013, p. 271-271).

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, surgem algumas poucas oportunidades de instrução laica para a mulher. [...] dois colégios particulares que, em 1816, funcionavam na capital do vice-reino. Obviamente, esta denominação não corresponde àquilo que modernamente se entende por colégio. Tratava-se, na época, de senhoras portuguesas e francesas ensinando costura e bordado, religião e rudimentos de aritmética e de língua nacional às moças que recebiam em suas casas como pensionistas. É a vinda dessas senhoras francesas e portuguesas e, mais tarde, alemãs que amplia um pouco o acanhado horizonte intelectual da mulher brasileira (*Ibidem*).

Esses colégios tiveram grande importância para a formação de futuras professoras, fundadoras de escolas ou instituições de caridade, como aponta Arilda Ribeiro em sua pesquisa sobre o Colégio Florence, fundado por uma imigrante alemã junto a seu marido, na cidade de Campinas, no século XIX, que durou cerca de 25 anos, cuja pesquisadora escreve que “seu estabelecimento ultrapassou essa

educação [suficiente apenas para o convívio social] ornamental desejada [pela sociedade na época]" (RIBEIRO, 2006, p. 23).

Mariano Mazzeo, ao fazer um balanço do percurso da mulher até o momento em que ela se encontra na linha de frente da educação no âmbito do ensino básico, escreve que:

Como foi possível perceber a via que se estabeleceu para as mulheres conseguirem adentrar paulatinamente na esfera pública foi a da educação. Mas qual educação? Não seria tão simples assim conseguir o acesso ao âmbito público da sociedade, notadamente masculino. Assim, a educação que as meninas recebiam tinha suas raízes fincadas profundamente na moral burguesa e na religião. Essa educação assumia um caráter propedêutico, na maioria das vezes educando para a formação de excelentes esposas e de mães exemplares (MAZZEO, 2013, p. 20962).

É necessário estar ciente de que, no contexto republicano, a educação informal, em sua esmagadora maioria, destinada às mulheres “tinha o propósito de convencê-la do seu dever de participar da sociedade como alguém submissa ao pai, ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os (SILVA; FILHO, 2007, p. 3). Esta época é marcada pela predominância da Igreja e de pensamentos positivistas, ambos os quais viam a mulher de forma preconceituosa e inferior ao homem (*Ibidem*).

Antes de 1930, por exemplo, a presença feminina no ensino superior era insignificante, a partir deste período passam a ocupar esses locais, entretanto, não atingia uma paridade numérica com as matrículas masculinas. Além disso, a mulher estava concentrada, principalmente, nos cursos relacionados à educação, no qual o número de matrículas era superior à dos homens, e cursos relacionados aos cuidados, em que possuía maior proporção nos cursos de Farmácia e Odontologia, contudo, sem atingir taxa acima de 35,5% do total de matrículas e com baixíssima ou até nula, em alguns casos, participação nos cursos de engenharias, jurídicos, ciências da computação e afins (SAFFIOTI, 2013).

Atualmente, é sabido que há vantagem numérica das mulheres em matrículas no ensino superior. Desde 2000 tem-se observado este cenário, por exemplo, nesse ano, as mulheres constituíam 56,5% dos alunos matriculados em faculdades brasileiras e em 2010 não houve mudanças significativas, atingindo 57% (RICOLDI; ARTES, 2016) e, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2018 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o percentual permanece em 57%.

Apesar desse fato, as mulheres continuam em desvantagem no tocante a inserção no mercado de trabalho em comparação com os homens. Segundo uma matéria na BBC News Brasil, baseado no relatório *Education at Glance 2019*, que analisa dados relativos à educação em diversos países, mostra que a empregabilidade de mulheres brasileiras entre 25 e 34 anos com ensino superior é de 82%, com ensino técnico é de 63% e 45% entre mulheres sem capacitação, entretanto, a taxa para os homens é de 89% dos que possuem ensino superior, 76% dos que têm ensino técnico e 76% entre os sem formação superior (IDOLETA, 2019).

Nessas circunstâncias, segundo Ricoldi e Artes (2016, p. 159), pode-se afirmar que:

O avanço das mulheres em direção a carreiras mais prestigiosas é indiscutível. Elas avançam nas chamadas carreiras masculinas, predominam em relação ao universo de alunos do ensino superior, o que deve se refletir no mercado de trabalho futuramente. Porém, esse avanço parece estar se confrontando com um limite, que é a pouca mudança na organização da Divisão Sexual do Trabalho. Um indício é o pouco avanço masculino nas carreiras ditas femininas (e a maioria relacionada ao cuidado). Enquanto o cuidado continuar a ser uma atribuição primordial e quase exclusiva das mulheres, dificilmente a sua maior escolaridade poderá se traduzir em posições de destaque e de equidade de gênero. (RICOLDI; ARTES, 2016, p. 159)

Além disso, somente neste século, o contingente feminino brasileiro ocupa, com estabilidade, locais fora da esfera privada (doméstica). Por exemplo, no primeiro recenseamento efetuado no Brasil, em 1872, a taxa de participação na força de trabalho efetiva da nação por mulheres era de 45,5%, porém, não teve longa durabilidade. Pode-se dizer que a partir de 1900 a queda desta foi brusca. Em 1920, a taxa decresceu para 15,3%, chegando a 14,7% em 1950 e, apenas, atingiu 27,3% em 1980 (COSTA, 2014). Pode haver variações na participação das mulheres no mercado de trabalho, porém, no trabalho doméstico, essa participação é invariável (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 23).

Num estudo acerca de indicadores sociais das mulheres no Brasil, se mostra que em 2019 a taxa de participação na força de trabalho por mulheres era de 54,5%, enquanto a taxa masculina era de 73,7% (IBGE, 2021). Dessa forma, fica nítido que desde a década de 1980, houve uma crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho. O percentual da taxa de atividade feminina quando comparado

à masculina mostra que ainda existe um longo caminho a ser percorrido na busca de paridade econômica entre os gêneros.

Entretanto, apesar da conquista de novos espaços, tem-se o surgimento da dupla ou tripla jornada de trabalho, pois, o trabalho doméstico não remunerado, cujo grande beneficiário é o capital, exercido por homens e mulheres, permanece, sobretudo, recaindo sob a responsabilidade feminina em diversas camadas sociais, e nos casos em que o homem exerce tarefas domésticas, este é feito em menor tempo do que a mulher que dedica de duas a três vezes mais tempo que o homem (GIBB; OLIVEIRA, 2015).

Outro aspecto que merece destaque na busca das mulheres por igualdade de condições está relacionado ao fato de que a mulher é impelida para formação nas áreas em que há pouco prestígio social e, ainda, no mercado de trabalho, ocupa os cargos com menor remuneração, em decorrência da organização na Divisão Sexual do Trabalho, situação que é acentuada no contingente feminino não branco, um dos exemplos disso é observado a partir de dados referentes ao emprego doméstico no Brasil.²

Todo o contexto descrito até aqui nos deixa cientes da ocupação sub privilegiada das mulheres na contemporaneidade da sociedade brasileira e, justifica-se este trabalho, com a intenção de buscar uma breve compreensão e identificação das especificidades que estudantes sobrecarregadas com o trabalho reprodutivo enfrentam no decorrer de sua formação acadêmica para, por conseguinte, tornar como pauta o debate em torno do não reconhecimento das contribuições que o trabalho doméstico e de cuidado somam para a sociedade, sem o qual se torna inviável a reprodução e manutenção da força de trabalho em qualquer que seja o contexto.

² “[...] O Brasil se destaca por apresentar a maior incidência absoluta de empregadas domésticas, dentre as quais grande parte é classificada como negra. Segundo dados da PNAD/IBGE apresentados no Boletim de Estudos e Pesquisas sobre Emprego Doméstico (DIEESE, 2013), no ano de 2011, havia 6,160 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, sendo que destas, 61% eram negras.” (Viecelli, 2015, p. 54)

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo será apresentada uma revisão da literatura sobre a reprodução social na teoria feminista-marxista, sua relação com o trabalho doméstico e o papel deste na economia. Além disso, será apresentado o contexto no qual as mulheres representavam maioria no número de matrículas e concluintes no Ensino Superior e sua instrução no Brasil, assim como os desafios oriundos deste fenômeno juntamente com a articulação do exercício do trabalho doméstico.

2.1 Reprodução social e trabalho doméstico

O conceito de reprodução social admite significados variados, portanto, necessita de uma distinção dos demais. Podendo se referir somente à natureza dos processos de procriação e reprodução populacional. Entretanto, dentro do campo de estudos feministas, há o reconhecimento da procriação como um evento não apenas biológico, mas social, porém a reprodução social não é composta, sobretudo, apenas por esse fator (BRENNER; LASLETT, 1989).

O modo como a reprodução social é colocada pelas pesquisadoras feministas parte do significado mais comum deste conceito relacionado à consolidação de sistemas sociais inteiros, estabelecido na teoria marxista, como “à perpetuação dos modos de produção e das estruturas de desigualdade de classe inscritos dentro deles” (*Ibidem*, p. 383). Para distinguir os dois conceitos, Brenner e Laslett (1989) utilizam uma nova terminologia para se referir ao significado de reprodução social na teoria marxista, chamada “reprodução societal”. Portanto, a reprodução social, estabelecida pelas pesquisadoras feministas, se baseia, ao mesmo tempo em que desafia o significado de reprodução societal (*Ibidem*, p. 383).

Segundo Fonseca (2019, p. 35), essa ressignificação da noção de reprodução social “tem o sentido de destacar a centralidade do trabalho de manutenção da vida e de reprodução da próxima geração como uma parte do trabalho necessário no interior de todo o processo de reprodução societal”. Portanto, a definição de reprodução societal está, mesmo que implicitamente, incluindo a existência da reprodução social dentro desta.

Nessa perspectiva tem-se o trabalho reprodutivo – relacionado à esfera da reprodução – que difere do trabalho doméstico, pois este se refere apenas aos

afazeres domésticos, enquanto o reprodutivo se refere à “centralidade para a reprodução da humanidade” (ISMÉRIO; PREVEDELLO, 2021, p. 41). Pode-se dizer que o trabalho reprodutivo se refere a esse conjunto de “atividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relacionamentos” (BRENNER; LASLETT, 1989, p. 382) que o trabalho doméstico faz parte.

2.2 O trabalho doméstico como trabalho

Acerca dos debates de conceitualização do trabalho doméstico há diversas visões tradicionais da teoria marxista, sobretudo, na questão de gênero, cujo aprofundamento analítico é baixo devido às limitações da obra marxiana e, posteriormente, surgiram autores marxistas que acabaram carregando este fator consigo em suas análises as quais privilegiam as questões relacionadas à produção em detrimento do trabalho na esfera da reprodução.

[...] os teóricos marxistas geralmente se mostram mais indiferentes à questão da reprodução do que o próprio Marx, que dedicou páginas às condições das crianças nas fábricas, de forma que hoje seria um desafio encontrar qualquer referência às crianças na maioria dos textos marxistas (FEDERICI, 2019, p. 202).

Federici (2019) em um artigo que ela própria descreve como uma crítica feminista a Karl Marx informando que esta foi levantada primeiramente, e principalmente, pelas ativistas Mariarosa Dalla Costa, Selma James e Leopoldina Fortunati, na Itália, posteriormente, Ariel Salleh, na Austrália, e outras,³ introduz que o eixo central da crítica está no fato de “a análise do capitalismo feita por Marx foi prejudicada por sua incapacidade de conceber o trabalho produtor de valor de outra forma que não seja a da produção de mercadorias [...]” (*Ibid.*, p.195), além de invisibilizar “à importância do trabalho reprodutivo não remunerado no processo de acumulação primitiva” (*Ibid.*). Acerca disso, cita o exemplo de que Marx previa que o desenvolvimento do capitalismo iria criar “condições materiais” para a transição ao comunismo, resultado da expansão das “forças produtivas”, porém, o que vemos hoje é esgotamento dos recursos do planeta (*Ibid.*, p. 196).

[...] foi sucinto ao abordar a questão do trabalho reprodutivo, reduzindo-o ao consumo por parte dos trabalhadores das mercadorias que seus salários

³Para mais informações ver artigo A reprodução da força de trabalho na economia global e a revolução feminista inacabada (2009) no livro intitulado O ponto zero da revolução (FEDERICI, 2019).

podem pagar e ao trabalho que a produção dessas mercadorias requer. Em outras palavras, como no esquema neoliberal, no que também diz respeito a Marx, tudo o que é preciso para (re)produzir a força de trabalho é a produção de mercadorias e o mercado. Nenhum outro trabalho intervém para preparar os bens que os trabalhadores consomem ou para restaurar física e emocionalmente sua capacidade para trabalhar. Nenhuma diferença é feita entre a produção de mercadorias e a produção da força de trabalho⁴ (*Ibid.*, p. 198).

As duas sugestões de Federici (2019) para os motivos pelos quais Marx não considerou o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, o que chamou de visão “tecnologicista” da revolução, foi porque “[...] aceitou os critérios capitalistas sobre o que constitui o trabalho” e “porque acreditava que o trabalho industrial assalariado era o estágio no qual se desenvolveria a batalha para a emancipação humana” (*Ibid.*, p. 201).

Por isso que feministas-marxistas podem carregar essa visão quando desvinculam o trabalho reprodutivo do denominado produtivo, classificando o primeiro como improdutivo, por não se dar nos locais de trabalho formais e, sobretudo, por não gerar diretamente mais-valia, como Saffioti (2019, p. 202).

Para Federici (2019), existe uma relação entre a esfera da reprodução e a da produção, que segundo ela: “[...] a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim sua base” (FEDERICI, 2019, p. 23), isso porque o trabalhador precisa estar saudável, alimentado e com roupas limpas todos os dias e, para recuperar suas energias depois de um dia trabalhado, precisa repousar em um local limpo e arejado para evitar contaminação por alguma doença, e só assim retornar ao trabalho novamente. Ademais, uma outra condição para que o trabalho produtivo aconteça é o próprio nascimento e crescimento do indivíduo que trabalha nessa esfera, além de ter que dispor do necessário para o desenvolvimento de aptidões gerais.

Em consonância com essa mesma autora, Ávilla e Ferreira (2014, p. 21), relacionam o trabalho doméstico realizado gratuitamente com a acumulação primitiva. No qual esta relação tem um caráter *estratégico*, pois o primeiro resulta na plena realização da última, além disso afirmam a hipótese de que por ser, em boa parte, ainda nos dias de hoje, responsabilidade estritamente, das mulheres “é fundamental para a sustentação do patriarcado, ou seja, para manutenção do poder dos homens”.

⁴ Referência a Karl Marx, Capital vol. 1, p. 274. [Ed. Bras.: O capital, livro I, p. 316].

Há um consenso sobre o perfil das pessoas que realizam o trabalho reprodutivo que são, predominantemente, mulheres e corpos feminizados (ARUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 41). Em relação a essa naturalização do trabalho doméstico em mulheres e demais identidades com expressões de gênero feminino, pode-se afirmar que “[...] os atributos da feminilidade são na realidade *funções de trabalho*” (FEDERICI, 2019, p. 26). Contudo, essas funções de trabalho não recebem seu devido valor. A desvalorização de áreas inteiras de atividades humanas, “a começar por aqueles que asseguram a reprodução da vida humana” servem como mecanismos para o capitalismo aumentar seu poder, além disso, donas de casa, estudantes, escravizados e estudantes [que somam uma grande quantidade de pessoas], por estarem fora da lógica salarial, tem o valor de seu trabalho extraído, isto é, “o capitalismo precisa de trabalho reprodutivo não remunerado a fim de conter o custo da força de trabalho” (*Ibid.*).

Enquanto as donas de casa estão ocupadas cuidando de uma família inteira, bem como suas demandas de âmbito mental e emocional, é inviável alguma chance de paridade no ingresso na esfera pública, como educação e trabalho remunerado, e nos casos em que este acontece restam as duplas ou triplas jornadas de trabalho a cargo dessas mulheres.

Os homens são capazes de aceitar nossos serviços e tirar proveito disso porque eles presumem que o trabalho doméstico é uma tarefa fácil para nós e que já quebramos essa barreira há muito tempo e descobrimos que o macacão de trabalho não nos dá mais poder do que o avental — muitas vezes, ainda menos, porque agora nós temos que vestir ambos e, por isso, nos sobrou menos tempo e energia para lutar contra eles. Precisamos evidenciar que o que nós já fazemos é trabalho, mostrar o que o capital está fazendo conosco e nossa força para lutar contra ele (FEDERICI, 2019, p. 53).

Cabe aqui destacar a contribuição deste fator para a “opressão da mulher” na sociedade capitalista, uma vez que, a média do trabalho reprodutivo não remunerado realizado por mulheres atinge mais de 61 horas semanais no Brasil (PREVEDELLO, 2021).

Federici (2019) escreve sobre o objetivo da campanha por salários para o trabalho doméstico [composto por mulheres da Itália, Inglaterra, França e Estados Unidos] teve início em 1972, na cidade de Pádua, na Itália. Com o intuito de incitar um processo de mobilização feminista no mundo todo que fizesse com que o Estado começasse a identificar o trabalho doméstico como um trabalho, principalmente

porque, além de despender tempo necessário para executar as tarefas, este “contribui para a produção da força de trabalho e produz capital, favorecendo a realização de qualquer outra forma de produção” (FEDERICI, 2019, p. 26).

Ao enfatizar o caráter revolucionário da *Internacional Wages of Housework Campaign* [Campanha internacional salários para o trabalho doméstico], também abreviada como *Wages of Housework* (WfH), porque nesta havia uma desnaturalização do trabalho doméstico realizado por mulheres e porque “em vez de trabalhar por mais trabalho” exigiam “que as mulheres fossem pagas pelo trabalho que já exerciam” (*Ibid.*, p. 27). Além disso, um salário para o trabalho doméstico iria acabar com o senso comum de que não é trabalho, reforçado justamente por uma falta de remuneração para este (*Ibid.*, p. 43).

Ora, se o trabalho doméstico produz as condições materiais para a produção e reprodução da força de trabalho, conseqüentemente, mesmo que não diretamente, produz mais-valia, o mínimo seria receber remuneração por isso, considerando que esta não seja a demanda que corresponde a um fim em si. Como por exemplo, em um contexto histórico distinto, a proposta de feministas socialistas do século XIX, acerca da construção de uma sociedade pós-capitalista no contexto da Revolução Russa, havia sido a coletivização do trabalho doméstico, passando-o da esfera privada para a pública com a disponibilização de lavanderias, refeitórios e creches, realizada por trabalhadores assalariados (GOLDMAN, 2014, p. 21). Entretanto uma mudança, que possa ser adotada facilmente nos moldes atuais da sociedade e gere debate para a conscientização das contribuições sociais deste trabalho, seria válida como um meio de garantir direitos básicos para continuar resistindo de modo a atingir uma das causas mais profundas das desigualdades de gênero.

Contudo, há de se atentar para alguns detalhes que constituem a visão de uma perspectiva revolucionária para a coletivização do trabalho doméstico:

Quanto às propostas de socialização e coletivização do trabalho doméstico, alguns exemplos serão suficientes para traçar uma linha entre essas alternativas e a nossa perspectiva. Uma coisa é construir uma creche da forma que queremos e então exigir que o Estado pague por ela. Outra coisa bem distinta é entregar nossas crianças ao Estado e pedir para que ele cuide delas, não por cinco, mas por quinze horas diárias. Uma coisa é organizar comunalmente a forma como queremos comer (sozinhos, em grupos) e então reivindicar que esse gasto seja assumido pelo Estado; outra diametralmente oposta é pedir que o Estado organize nossas refeições. No primeiro caso, nós recuperamos algum controle sobre nossas vidas; no segundo, ampliamos o controle do Estado sobre nós (FEDERICI, 2019, p. 51).

Em relação à demanda por salários para o trabalho doméstico apontada por Federici (2019) é preciso compreender que a luta não acaba com os salários, mas que o salário é o primeiro passo para recusar este trabalho (FEDERICI, 2019, p. 47-48) e ampliar a luta neste sentido de melhores condições de trabalho e enfraquecer a naturalização deste. Além disso, pode abrir espaço para explicitar o impacto econômico do trabalho reprodutivo e a relação produção/reprodução para que se consiga atingir a visibilidade que necessita para enfrentar o problema em questão.

E acerca das mulheres, geralmente solteiras, que, infelizmente, possuem medo da possibilidade de serem identificadas, mesmo por pouco tempo, como donas de casa, Federici (2019) traz a reflexão a seguir:

[..] Nós queremos e devemos dizer que todas nós somos donas de casa, todas nós somos prostitutas e todas nós somos lésbicas, porque, enquanto aceitarmos essas divisões e pensarmos que somos melhores ou diferentes de uma dona de casa, nós aceitaremos a lógica do patrão. Todas nós somos donas de casa porque, não importa onde estamos, os homens sempre podem contar com mais trabalho nosso, com o medo de apresentarmos nossas demandas, e menos insistência de nossa parte para que essas exigências sejam atendidas, pois, presumivelmente, nossa mente é direcionada para um outro lugar, para o homem que, no nosso presente ou no nosso futuro, “cuidará de nós” (*Ibid.*, p. 53)

Outra forma de invisibilizar o trabalho doméstico não remunerado é a não-contabilização deste no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), pois as pessoas que realizam esta atividade são consideradas inativas pelas estatísticas oficiais.

Um estudo de 2007, baseando-se em três métodos, elaborou uma estimativa para contabilizar a participação dos afazeres domésticos no PIB entre 2001 e 2005, e o resultado foi que:

Em termos de valor, caso se resolvesse mensurar os afazeres domésticos no PIB brasileiro, significaria acrescentar ao PIB do ano de 2001 R\$ 148,7 bilhões; no ano de 2002 R\$ 170,2 bilhões; em 2003 R\$ 200,3 bilhões; em 2004 R\$ 204,8 bilhões e em 2005, R\$ 235,4 bilhões. Caso esse percentual se mantivesse constante em 2006, tal como ocorreu nos cinco anos anteriores, se acresceriam ao PIB brasileiro R\$ 260,2 bilhões e o PIB de 2006 seria de R\$ 2.583 bilhões e não de R\$ 2.322,8 bilhões, como o IBGE anunciou (MELO; CONSIDERA; SABATTO, 2007, p. 451).

Além disso, com base na média do número de horas ocupadas pelas mulheres, que é 2,2 vezes mais que o dos homens. O valor, então, gerado pelas mulheres seria correspondente a 82% do total, o que representava, no ano de 2006, R\$ 213 bilhões (*Ibidem*, p. 451).

Furno (2015), ao fazer uma relação entre a produção e a reprodução social, escreve que

As sociedades ao longo do tempo, bem como os estudos acadêmicos, privilegiaram a análise do trabalho destinado ao mercado, e por consequência deixaram em segundo plano o trabalho não-mercantil. [...] Sendo assim, parte-se da constatação primeira de que as atividades domésticas gratuitas realizadas majoritariamente por mulheres, não são menos econômicas que a dos homens, e que, embora não gerem valor monetário, elas geram valor de forma indireta, uma vez que os serviços não remunerados realizados pelas mulheres, não consumidos pelos demais membros da família e geram as condições materiais para a realização do trabalho produtivo (FURNO, 2015, p. 5-6).

Dessa forma, Teixeira afirma que esta insuficiência teórica, além de impedir ver o trabalho doméstico sobre termos analíticos, cria um espaço de “invisibilidade social” tanto para o trabalho em si quanto para as pessoas que o realizam (TEIXEIRA, 2008, p. 42 *apud Ibid.*, p. 6).

2.3 Mulheres e o Ensino Superior

No ensino superior, as mulheres predominam no total de matrículas no Brasil e no mundo. Segundo Ricoldi e Artes (2016), este fenômeno apresentou-se de uma forma mais geral desde a década de 1990, sobretudo, acompanhado da segregação em áreas e profissões específicas.

Em relação a esta segregação em determinadas áreas, explica-se por meio da divisão sexual do trabalho que tem como característica basicamente alocar as mulheres prioritariamente na esfera reprodutiva e os homens na esfera produtiva ao mesmo tempo em que o trabalho realizado por estes possui maior valor social. Além disso, existem dois princípios na estruturação da divisão sexual do trabalho: o de separação de trabalho de homens e de mulheres (princípio de separação), e quando o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher (princípio de hierarquização) (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Do ponto de vista histórico o surgimento dessa divisão sexual do trabalho se deu com o advento do capitalismo, com isso se conclui que “[...] a relação do trabalho

assalariado não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico [...]” (KERGOAT, 2002, p. 234 apud ÁVILLA; FERREIRA, 2014, p. 14).

No Brasil, a expansão da oferta do ensino superior, principalmente, na década de 1990, pode ser explicada a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que ao adotar políticas de cunho neoliberal aumentou o número de Instituições de Ensino Superior (IES) – com destaque para as privadas. Por conseguinte, aumentou o número de matrículas no Ensino Superior. Posteriormente, entre 2000 e 2010, este cenário intensificou-se no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que deu continuidade ao modelo do FHC, além de adotar políticas que permitiram maior participação de estudantes de baixa renda das escolas públicas incluindo grupos étnicos raciais (ARAÚJO; PEREIRA; PERES, 2015).

A vantagem numérica das mulheres em matrícula e concluintes de cursos no Ensino Superior, neste contexto de expansão, pode sugerir “exigências desiguais de qualificação profissional, em relação aos homens, para entrada e permanência no mercado de trabalho” (*Ibidem*, p. 1296). Consequente a isto as mulheres se encontram com maior necessidade de ingressar nessa modalidade para conseguir um trabalho que ofereça mais benefícios e estabilidade.

Conforme dados extraídos do Censo da Educação Superior do ano de 2012, nota-se, além de um crescimento de 5,7% em número de matrículas do contingente feminino quando comparado à 2009, uma concentração em áreas gerais de conhecimento como: ciências sociais; negócios e direito; humanidades e artes; educação; saúde e bem-estar social e serviços (*Ibidem*, p. 1299-1301). Reafirmando a segregação em áreas relacionadas à esfera da reprodução apontado como um dos princípios que estrutura a divisão sexual do trabalho.

Leone e Teixeira (2010, p. 9) apontam que:

Em síntese a diferença fundamental entre homens e mulheres no emprego formal reside na forte presença masculina em ocupações decorrentes da produção material de bens enquanto as mulheres estão dispersas em ocupações decorrentes de atividades não diretamente ligadas a produção material de bens, seja no apoio administrativo ou na prestação de serviços pessoais e sociais (apud ARAÚJO; PEREIRA; PERES, 2015, p. 1301).

A ascensão das mulheres, em números de matrículas e concluintes, no ensino superior demonstrou uma necessidade de qualificação maior que a dos homens para ganhar salários similares, também a existência insignificante da

presença feminina em determinadas áreas. Como aponta Saffioti (2013, p. 323), que “independentemente da vocação profissional das mulheres, a sociedade decidiu em que setor das atividades econômicas seria empregada a força de trabalho feminina”.

2.4 Articulação entre a esfera produtiva/pública e a reprodutiva/privada

A conquista do acesso ao Ensino Superior pelas mulheres, evidenciada a partir dos dados apresentados, além de mascarar necessidades para competir no mercado de trabalho, traz consigo novos desafios relacionados à permanência neste para aquelas que realizam o trabalho doméstico, sobretudo para as que, incluindo a isto, são mães e/ou possuem pelo menos um outro trabalho formal/informal. Esse grupo precisa articular estudo, trabalho reprodutivo e, em alguns casos, o trabalho produtivo.

À despeito da inserção da mulher na esfera pública e a conciliação deste com o trabalho reprodutivo, Tosta (2017) conclui que:

O crescimento da inserção de mulheres no trabalho remunerado [ou na continuidade da escolarização] não foi acompanhado por maior participação do homem na partilha do trabalho doméstico, nem por políticas públicas ou mudanças na organização produtiva que permitissem a conciliação entre estudo, trabalho e vida privada e familiar. Assim, o modelo de articulação entre trabalho e família não sofre grandes modificações: quando não é a responsável pelo trabalho doméstico, a mulher delega a tarefa a outra mulher, familiar ou contratada (TOSTA, 2017, p. 908).

Em uma pesquisa, cujos sujeitos eram as mães universitárias, foi citado por elas a sensação de “falta de tempo” e esse aspecto traz um impacto na saúde mental a qual Mendes (2020, p. 160) aponta que “[...] ela [essa sensação] se manifesta de maneira particularmente cruel se considerarmos as estudantes cotistas, em especial as negras [...]” pois, “[...] a cobrança por permanecer na universidade se torna ainda maior, sobretudo com um alto desempenho”. Isso porque quando se trata de estudantes negros, periféricos e de escolas públicas o ingresso no ensino superior é um evento comemorado na família e dentro do seu grupo social, não só como uma vitória individual, mas coletiva.

As estudantes que são mães enfrentam um problema a mais, pois precisam de um lugar com pessoas responsáveis para atender as necessidades de cuidado de uma criança. Como o Estado não cumpre papel determinante na educação das crianças, este lugar, principalmente no turno da noite, é inexistente para a maioria

das mães que, nesse contexto, necessitam do acolhimento de professores e servidores da instituição de ensino para que permita a presença das crianças, filhas de estudantes, durante as aulas.

O problema de fundo em relação à presença das mães na universidade é a pressuposição de que a prioridade da mulher é o cuidado com as filhas. De modo geral o *ethos* acadêmico é pensado a partir de uma trajetória em que o trabalho reprodutivo não tem lugar - não apenas por ter sido historicamente ocupado por homens brancos, mas também pelo fato de que as mulheres que passaram a ocupar este espaço o fizeram terceirizando o trabalho reprodutivo – trabalho doméstico e de cuidados – contratando empregadas domésticas, babás, cuidadoras profissionais, geralmente /negras, e/ou contando com o apoio familiar – normalmente das mulheres da família – para realizar as tarefas que competem com o tempo demandado pela carreira acadêmica. A máxima em que isto se expressa de maneira cabal é considerar que “a universidade não é lugar para crianças”, visto que implica em dizer, indiretamente, que ela não é lugar para suas mães (*Ibidem*, p. 162).

A grande diferença para os estudantes do sexo masculino é que estes geralmente estão “morando com familiares na condição de filhos, o que de certa forma relativiza a questão da responsabilidade pelos afazeres da casa” (TOSTA, 2017, p. 908).

Segundo Tosta (2017), em um estudo baseado em estudantes de Ensino Superior os dados mostram que, no caso de estudantes do sexo feminino, “o trabalho reprodutivo é visto como responsabilidade da própria estudante ou da mãe” (*Ibidem*, p. 908), já os estudantes do sexo masculino não exercem o trabalho reprodutivo, sendo que este é realizado, majoritariamente, por sua mãe (*Ibidem*, p. 908).

Este é um problema não só para as que estudam, mas também para as que realizam outro tipo de atividade da esfera pública. Em outra pesquisa cujas entrevistadas eram mulheres que realizavam atividades tais como como trabalho remunerado, não-remunerado e/ou estudos, a maioria afirmou ser a única responsável pela maior parte dos afazeres domésticos citados nesta entrevista quando não era esse caso o trabalho era partilhado com sua prole ou sua mãe. A parcela destas que estavam em união estável ou casadas com um homem, concordaram com a frase que dizia que os maridos dão mais trabalho do que ajudam e algumas relatam que eles quando fazem alguma limpeza ou organização de casa resulta em trabalho “mal-feito”.

A partir disso, as autoras afirmam que nem só pela omissão que a apropriação do trabalho feminino, mas também por ações masculinas, sendo que a omissão em si é considerada um ato de apropriação de tempo de trabalho das mulheres. Os exemplos relatados foram a ineficiência ou a falta de habilidade e cuidado necessário para as realizações de determinadas tarefas (ÁVILLA; FERREIRA, 2014, p. 31).

Analisando as demandas das entrevistadas nesta pesquisa, infere-se que

As tensões entre trabalho produtivo e reprodutivo enfrentadas pelas mulheres não são apenas um impacto, mas constituem propriamente uma expressão da “questão urbana”. Consideramos que a divisão sexual do trabalho é um elemento estruturante também das desigualdades vivenciadas no espaço urbano: as mulheres percorrem grandes distâncias para chegar ao trabalho remunerado, ou se inserem no trabalho mais precário para evitar tais distâncias (*Ibid.*, p. 45).

Isso porque boa parte das entrevistadas relata acordar bem mais cedo, em comparação com o restante de residentes da moradia, para preparar alimentos ou realizar outra atividade com o intuito de atenuar o conflito entre os trabalhos. E, somando a isso, a questão do deslocamento acaba por demandar mais tempo ainda (*Ibid.*).

Portanto, para além do acesso é necessário compreender as demandas de estudantes universitárias, sobretudo as mães, oriundas de escola pública e/ou racializadas, por uma permanência menos conturbada e que atinja suas necessidades específicas. Contudo, é necessário, também, reconhecer o caráter econômico e sociológico do trabalho doméstico que foi negligenciado pelas ciências em geral, colocando, assim, o trabalho juntamente com as pessoas que o realizam em um lugar de invisibilidade social.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se o tipo de pesquisa realizada, bem como os métodos e procedimentos adotados para o desenvolvimento do trabalho. Na metodologia é realizada uma descrição minuciosa e rigorosa do objeto de estudo e das técnicas utilizadas nas atividades de pesquisa.

3.1 Técnica de produção de dados

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa a fim de compreender aspectos gerais, bem como características restritas, da situação em que se enquadram os sujeitos de pesquisa.

Relacionado a este tipo de abordagem, pode-se dizer que: “depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação” (GIL, 2002, p. 133).

De acordo com essa perspectiva, a pesquisa é de cunho exploratório, a qual conforme Gil:

[...] Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado [...] (*Ibidem*, p. 41).

A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso que abrange a problemática adotada, pois, “contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p. 21).

A partir dos fatores consolidados da pesquisa qualitativa e aliado ao caráter exploratório que busca uma compreensão em torno do assunto por meio de dados coletados, formulação de hipóteses e a observação de experiências, considerou-se que a adoção desta estratégia de pesquisa fosse a mais adequada.

3.2 Operacionalização da pesquisa

A produção de dados foi realizada por meio de questionários e entrevistas não diretivas que foram direcionados individualmente para estudantes do Ensino

Superior do curso de Matemática – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, sendo que algumas foram virtuais, pela plataforma *Google Meet*, e outras presenciais.

Os questionários foram compostos por perguntas abertas e fechadas, de modo a identificar características básicas e algumas específicas de estudantes do curso de Matemática-Licenciatura, que foram feitos por meio da ferramenta *Google Forms*, bem como identificar a participação nos afazeres domésticos das identidades de gêneros. Sobre a classificação das perguntas, segundo Costa e Paz (2019):

A primeira classificação apresentada foi a proposta por Richardson (2009), para quem existem três categorias de perguntas para compor o gênero: questionários de perguntas abertas, que são as chamadas perguntas “de responder”; questionários de perguntas fechadas, isto é, com respostas “de marcar”; e questionários mistos, que combinam os dois tipos de perguntas (RICHARDSON, 2009 *apud* COSTA; PAZ, 2019, p. 115).

Acerca das entrevistas não-diretivas, pode-se dizer, conforme Severino (2007), que:

Por meio delas, colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações (SEVERINO, 2017, p. 95).

A entrevista não diretiva foi composta por seis perguntas. Esse tipo de entrevista permitiu que as participantes da pesquisa relatem, de modo mais livre, suas experiências e estratégias em relação à articulação entre estudo, lar (especialmente para as mães) e possivelmente o trabalho remunerado formal/informal. Assim como, manifestem seus anseios e possíveis demandas necessárias que serão apresentadas no capítulo referente aos resultados.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa realizada que constituem a análise e interpretação dos dados coletados no questionário e na entrevista não-diretiva. A primeira parte é direcionada aos resultados obtidos por meio do questionário aplicado ao público-alvo que constituem estudantes de Matemática-Licenciatura do campus Bagé. Por último, é referente as entrevistas não-diretivas realizadas com o mesmo público-alvo exceto pelo fato de serem apenas mulheres estudantes.

4.1 Participação de estudantes nos afazeres domésticos

Foi aplicado um questionário como instrumento de pesquisa composto com 15 perguntas abertas e fechadas que está contido nos apêndices, as primeiras questionavam quanto as informações pessoais com intuito de descrever um perfil e as últimas eram relacionadas à participação nas tarefas domésticas. O total de respostas obtidas foram 29. Sendo que 72,4% dos participantes eram mulheres e 27,6% homens, foi nula a participação de pessoas não binarias.

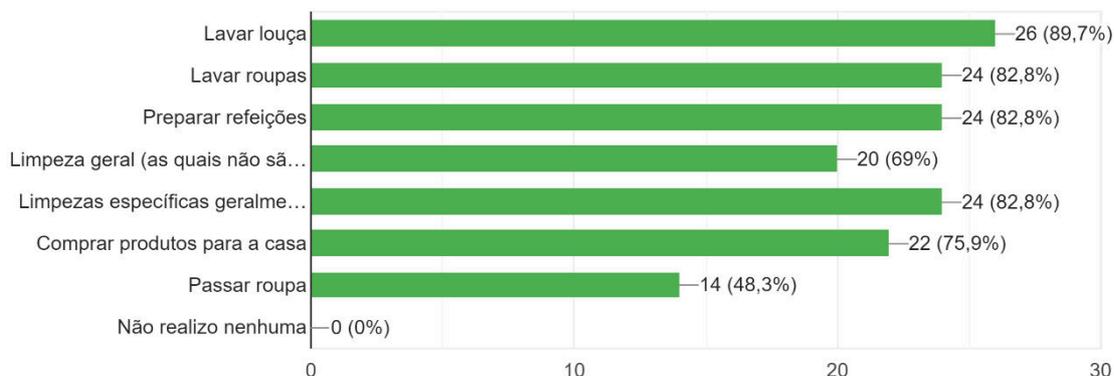
Dentre as 13 pessoas que utilizaram a palavra "todas" ou "todos" no campo de resposta da pergunta aberta relacionada as quais tarefas de casa/trabalho doméstico realiza, apenas duas delas eram do gênero masculino. O número total de participação de mulheres negras na pesquisa foi de 6. Das 6 mulheres, 5 delas se enquadram na situação analisada anteriormente, referente à resposta relatando realizar todo o trabalho doméstico demandado pela casa, sozinha ou não. Esse perfil representa 45,4% do total das mulheres que se enquadram nessa situação. Sendo que o percentual de mulheres negras que participaram da pesquisa foi cerca de 20,5%.

Na pergunta 14 (Figura 1) de seleção múltipla não houve respostas para a opção em que não realiza afazeres domésticos. Lavar louça, lavar roupa, preparar refeições e limpezas específicas da casa, foram as tarefas que mais de 80% afirmam realizar sempre que há necessidade. Ficando com 75,9% a opção de comprar produtos para a casa. Já a limpeza geral ficou em 69% e a opção de passar roupa que não se mostrou frequente visto que não seja considerado uma tarefa essencial.

Figura 1 – Pergunta 14

Dentre os seguintes afazeres domésticos, indique os quais você realiza sempre que há necessidade:

29 respostas



Fonte: Elaborado pela autora

Analisando o perfil de quem marcou todas as tarefas e quem marcou todas as tarefas, exceto passar roupa, pois acredita-se que algumas pessoas tenham deixado de realizar esta tarefa ou destinada apenas para roupas específicas, os dados mostram que o número de pessoas que marcaram todas as tarefas foram nove, sendo dois são homens e sete mulheres. E o total de pessoas para o segundo caso (todas as tarefas exceto passar roupa) analisado foram cinco respostas, sendo quatro mulheres e um homem.

Realizando-se a soma das duas quantidades temos um total de 14 pessoas, o que representa cerca de 48,3% do total de participantes, sendo que o número de homens que relataram realizar essas tarefas representa 37,5% do total de homens participantes, já as mulheres nesse caso representam 52,3% do total de mulheres participantes. Esse fato aponta uma diferença significativa entre os gêneros.

Além disso, onze participantes relatam serem mães ou pais, sendo que apenas dois eram homens e o restante eram mulheres. O que pode implicar em um número elevado de tarefas domésticas dependendo da quantidade de dependentes de cuidado.

Apenas cinco pessoas responderam com qual membro da família o trabalho doméstico é dividido na pergunta aberta. Destas, quatro delas citaram a mãe. Além do mais, a única pessoa do gênero masculino que ao citar algum membro da família

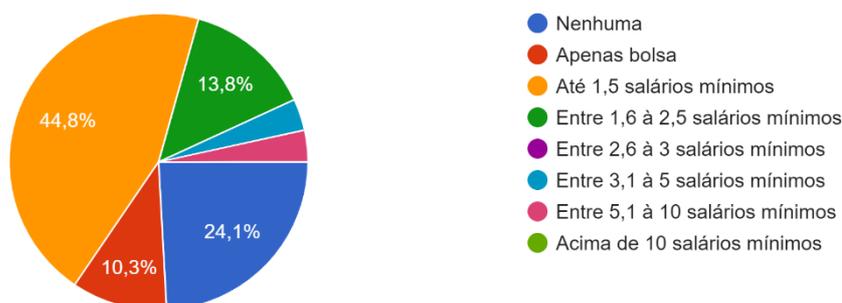
e que não incluía sua mãe, citou o pai, pois este morava somente com o pai, e era para o genitor a quem é destinado o preparo das refeições. Neste caso, a limpeza geral é feita por contratação de empregada doméstica quinzenalmente e o próprio relata fazer limpezas específicas e comprar produtos para a casa. Pode-se parar para refletir se a mesma situação ocorre de forma comum/incomum, com uma pessoa morando com sua mãe.

Quanto à renda mensal, somando quem recebe as opções nenhuma renda, apenas bolsa e até 1,5 salários-mínimos temos 79,2% do total de participantes (Figura 2). Sendo que a soma das pessoas que relataram receberem mais que 2,6 salários-mínimos foram todos homens e representam apenas 6,8% do total de participantes. Esse último fato demonstra o princípio de hierarquização (HIRATA; KERGOAT, 2007), o que resulta em maior valorização do trabalho realizado por homens na sociedade e/ou alocação destes em cargos acima da média de remuneração da maioria da população.

Figura 2 – Pergunta 5

Qual a sua renda pessoal mensal?

29 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Na pergunta aberta a qual questionava quanto a realização do trabalho doméstico demandado pela casa em que reside, quais tarefas realiza e caso contrário quem realiza por você, houve uma resposta masculina a seguir: “Lavo a louça, manutenção externa, limpeza de pátio, colocar o lixo para rua, corte de grama e pinturas!”. Esta resposta evidencia o segundo princípio, denominado de separação (*Ibid.*) que destina tarefas distintas que são naturalizadas como deveres para homem e mulher, isto implica que as tarefas relacionadas ao seu local fixo como trabalhador da esfera produtiva, que é o caso da manutenção externa, corte de gramas e pinturas. O mesmo participante não respondeu com quem divide as tarefas e quem realiza as restantes, ficando inconclusivo se realiza todo o trabalho doméstico.

4.2 Entrevista com estudantes que realizam trabalho doméstico

Nesta etapa da pesquisa, foi solicitada a colaboração de mulheres as quais responderam anonimamente o questionário citado anteriormente. Para isso, foi analisada as respostas que se enquadram no perfil de quem realiza toda ou a maior parte do trabalho doméstico demandado pela sua residência e foi identificado cerca de 13 respostas de pessoas do gênero feminino o que representa 61,9% do total de participantes deste gênero. Ao todo foram quatro mulheres que se disponibilizaram a realizar a entrevista, composta por seis perguntas, contida nos apêndices.

Todas as entrevistadas possuem uma faixa etária de idade distinta. E apenas uma delas não é mãe e concilia estudos e trabalho reprodutivo, sendo que as outras três dividem a casa com filhos e/ou demais membros de relação e possuem pelo menos duas ou mais criança/jovem. A seguir para descrever um perfil geral de cada entrevistada nomeia-se cada uma como Entrevistada A, B, C e D.

A Entrevistada A possui entre 16 e 21 anos, está no primeiro semestre da graduação e ingressou no semestre atual, mora sozinha sendo que veio para Bagé somente para iniciar os estudos no Ensino Superior. Quanto aos trabalhos que realiza, relatou que, no momento, não está realizando trabalho remunerado, mas pretende adentrar para o mercado de trabalho em breve. Como mora perto da faculdade utiliza o Restaurante Universitário (RU), para realizar as principais refeições, o qual julgou de ótima qualidade e tamanha essencialidade para diminuir o tempo de trabalho doméstico, além disso, o RU pode ser uma alternativa extremamente relevante para a economia de gás, energia e do preço elevado dos alimentos básicos, comparados ao salário-mínimo, hoje em dia, portanto realiza e prepara somente o café da manhã e da tarde em sua casa. Concilia estudos com trabalho reprodutivo, porém, em breve, adentrará no mercado de trabalho.

A Entrevistada B possui entre 34 e 43 anos, ingressou no curso no primeiro semestre do ano de 2017 e não está em um período específico do curso, porém, considera que já possui mais da metade da carga horária total exigida pelo curso, divide a casa com seus três filhos e seu esposo, a partilha das tarefas demandadas do lar é feita majoritariamente entre ela e esposo. Entretanto, relata que este somente retorna em casa do trabalho remunerado depois das 18 horas e então é nesse turno da noite em que ele realiza tarefas, como exemplos citados por ela foram lavar a louça ou estender a roupa que ela lavou.

Além disso, afirma que ele realiza outras tarefas também que não foram citadas e que seus filhos “ajudam com alguma coisa” apenas, sendo que estes estão na idade escolar. Precisa conciliar estudos com o trabalho reprodutivo – que aparenta ser extenso em virtude das tarefas relatadas e número de membros que residem com ela. As principais tarefas desenvolvidas diariamente, são levar as crianças para a escola, preparar as refeições e o trabalho remunerado que exerce em uma atividade da esfera da reprodução (corte e costura) o qual realiza na sua casa, o que resulta numa flexibilidade de horários e menos tempo e dinheiro gasto em transporte.

A Entrevistada C possui entre 22 e 27 anos, ingressou no curso no primeiro semestre do ano de 2016 e está cursando o último semestre do curso, divide a casa com mãe, pai, irmã e seus dois filhos, sendo que um deles nasceu durante o período de graduação, a partilha de todos os afazeres domésticos é de sua responsabilidade em conjunto com sua irmã. Segundo a entrevistada a partilha acontece de maneira que se uma lava a louça da noite a outra lava a da manhã e se uma faz a janta a outra faz o almoço e vice-versa. Seus filhos, por serem crianças, ainda não ajudam com tarefas significantes.

A Entrevistada D possui entre 53 e 64 anos, ingressou no curso por duas vezes, pois, na primeira excedeu o tempo curricular máximo, pela segunda vez ingressou no segundo semestre do ano de 2018 e pretende se formar em poucos semestres, divide a casa com seus quatro filhos, sendo que a partilha dos afazeres domésticos fica estritamente sob sua responsabilidade, uma vez que, seus filhos precisam conciliar trabalho remunerado e estudos. Precisa conciliar estudos com o trabalho reprodutivo demandado pelo lar, o qual possui mais quatro residentes, então, conclui-se que seja extenso apesar de que não possui crianças que demandam mais atenção. Na pergunta sobre como se organizam e como é o cotidiano para conciliar estudos e demais trabalhos incluindo o doméstico a Entrevistada A representa ter uma organização em que esteja satisfeita pois como mencionado anteriormente consegue realizar as principais refeições no RU, além assumir gostar da qualidade deste e apenas se organiza para preparar café da manhã e da tarde e fazer limpeza na casa.

Já as outras três entrevistadas não relatam a mesma organização facilitada com as principais refeições no RU. Pois estas precisam preparar refeições para demais residentes da casa. A Entrevistada B disse que organização não tem e que “eu tenho que estudar no momento que dá, me sobrou um tempo vou lá e estudo”. A Entrevistada C reserva o turno da noite para o estudo e já que está no final do curso e não tem aula todos os dias da semana está conseguindo conciliar dessa maneira. Porém, afirma que, dependendo da disciplina, de sua dificuldade nela e/ou de sua carga horária, precisa utilizar um dia em que não trabalha e, neste dia, utiliza todo o turno da tarde, porque no noturno possui aulas presenciais em alguns dias. E a Entrevistada D relatou não ter organização adequada e por causa disso teve dificuldades no primeiro ingresso na faculdade quando esta era mãe de uma criança de poucos anos e não mais um jovem como é atualmente. Afirmou estudar mais tempo na faculdade no horário das aulas e quando possui trabalho para fazer em casa, quase sempre, é muito difícil conciliar.

Quando questionadas quanto as horas de trabalho e estudo, a Entrevistada A disse serem 4 horas por dia para os trabalhos domésticos e mais 4 horas para estudar em casa. A Entrevistada D possui duas casas para limpar/faxinar mensalmente fora as que não são fixas e surgem conforme necessidade de clientes. Das que possui fixa, uma ocupa 4 horas pois se trata de apenas um ambiente, em outra leva ao total 16 horas, sendo que este é feito em dois dias e no trabalho reprodutivo relata gastar cerca de 12 horas diárias nos dias que não possui faxina, utilizando o turno da noite para estudar, relata dormir no máximo 5 horas por dia.

A Entrevistada B relatou que o trabalho doméstico ocupa a maior parte de seu dia tirando a parte em que costura, dorme e estuda, que no caso é somente a noite durante as aulas ou quando não possui aula. E, por último, Entrevistada C afirma trabalhar fora de casa por 4 horas diárias e o trabalho reprodutivo ocupa quase todo o tempo que sobra, sendo que afirma estudar às vezes 2 horas por dia, a menos que tenha alguma prova difícil ou uma disciplina com maior carga horária que, neste caso, estuda de 3 a 4 horas no dia, entretanto, não consegue cumprir todas as tarefas domésticas e resulta em pendências que, dentro do possível, possam ser adiadas, resultando em uma carga horária de trabalho doméstico maior no próximo dia.

Ao questionar sobre as dificuldades principais e secundárias a Entrevistada D disse que ao ingressar à faculdade estava em um trabalho remunerado formal, fora da esfera reprodutiva, e, somado a isso, também era mãe de uma criança, relatou ter sido muito difícil conciliar, como dificuldade secundária citou a questão financeira pois relatou que para continuar estudando gasta com transporte e materiais.

Quando questionado à Entrevistada C, relatou que a maior dificuldade é conseguir se organizar com o tempo e a secundária seria alguns conteúdos que julga precisar de mais tempo de estudo. Já no caso da Entrevistada A, como já havia colaborado nos trabalhos domésticos quando morava com sua família, disse que no momento está conseguindo conciliar de maneira adequada sem muitas dificuldades e como já mencionado anteriormente é a única que realiza as principais refeições no RU.

Por último, a Entrevistada B disse que quando ingressou à faculdade estava em um trabalho remunerado apenas nos finais de semana, ainda, também disse que recebia auxílio de sua mãe, que veio a falecer, com transporte e acompanhamento de seus filhos quando ela estava estudante. Isso implica que “a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico, incluindo os cuidados com crianças, através de gerações” (ÁVILLA; FERREIRA, 2014, p. 26). Ainda, é importante compreender que o termo “ajuda”, comumente utilizado pelas pessoas, resulta numa invisibilidade da obrigatoriedade e atribuição deste trabalho às mulheres (*Ibid.*).

A questão urbana apresentada anteriormente no estudo sobre o trabalho doméstico e o cotidiano das mulheres, de Ávilla e Ferreira (2014, p. 45), apresentou-se de extrema implicações no cotidiano da maioria das entrevistadas. Das quatro, três afirmam gastar muito tempo no transporte público. A Entrevistada C gasta em torno de 45 a 55 minutos chegando em horário específicos ao tempo total de, aproximadamente, 1 hora e 10 minutos. A Entrevistada B leva, aproximadamente 1 hora e 40 minutos para conseguir chegar até a faculdade, além do mais, precisa sair 40 minutos mais cedo das últimas aulas para conseguir chegar a tempo do último ônibus que passa no seu bairro. A Entrevistada D leva cerca de 1 hora no transporte. E a Entrevistada A gasta alguns minutos, isso porque mora próximo da universidade e para almoçar realiza o trajeto a pé.

As sugestões de melhoria das 3 foram linhas de ônibus ligando bairros ou vários pontos específicos diretos para a universidade. Mesmo a entrevistada que não possuía sugestão de melhoria relatou que colegas reclamam bastante. A Entrevistada D questionou o fato de o horário dos ônibus terem reduzido depois da Pandemia de COVID-19.

A última pergunta era a respeito de qual era sua opinião sobre as implicações do trabalho doméstico na economia. As entrevistadas A e C, não souberam responder, porém a Entrevistada C afirmou que talvez haja alguma relação só não sabe o que é.

A Entrevistada B afirmou que “quem está fazendo o trabalho doméstico precisa fazer a economia da casa”, e que “eu acho que o impacto é bem maior, do que quem está na rua só trabalhando, mas claro, eu sei que quem está trabalhando está buscando o sustento, mas quem está em casa é que faz toda a manobra para gerar a economia”. Além disso, disse que a pessoa que está ciente das ofertas é quem realiza o trabalho doméstico. Ao final relata que o trabalho doméstico tem sobrecarregado muito as pessoas que o realizam, pois, além de cuidar de todos os deveres, responsabilidades da casa, precisa estar atenta nas ofertas e saber o que buscar para substituir tal alimento que está mais caro.

À respeito disso, Silvia Federici (2019) afirma que:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo (FEDERICI, 2019, p. 68).

A Entrevistada D disse que “a mulher deveria ser remunerada para trabalhar em casa e em termos de economia teríamos avanços enormes”, o que contempla parte dos estudos pesquisados neste trabalho que aborda a teorização sob a demanda por salário para o trabalho doméstico (*Ibid.*).

Pode se dizer que, após a contemplação da totalidade das nossas jornadas de trabalho percebemos que “embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho” (*Ibid.*, p. 68).

[...] por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (*Ibid.*).

A entrevistada completou que as mulheres são capazes de exigir a mudança do homem porque o homem faz muito pouco e quando faz não tem o mesmo cuidado dedicado que a mulher. Para garantir sua afirmação a entrevistada cita o exemplo de trocar fraldas de bebês, segundo ela, a mulher presta mais atenção aos detalhes. Este é outro ponto que foi comentado anteriormente sobre a ineficiência e a falta de habilidades de cuidados desenvolvidas por pessoas do gênero masculino (ÁVILLA; FERREIRA, 2014, p. 31).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos questionários aplicados a estudantes de qualquer gênero, pode-se inferir que as questões de classe, gênero e etnia possui relação com o trabalho doméstico realizado por essas pessoas. Evidenciou-se maior participação de mulheres na realização de tarefas sem partilha alguma com demais residentes de sua casa. Escolheu-se mulheres para, posteriormente, realizar a entrevista.

O debate em torno das implicações do trabalho doméstico no desempenho acadêmico e no cotidiano das mulheres, bem como na economia, se mostrou de considerável interesse pela maioria das entrevistadas. 75% das entrevistadas, relataram possuírem o desempenho acadêmico afetado pelo trabalho doméstico, as implicações apontadas por elas foram pouco tempo restante, bem como poucas habilidades para organizar esse tempo.

Como estratégias de permanência foi citado a ajuda de sua mãe e dormir menos que 8 horas por dia.

Na questão econômica foram citadas estratégias demandadas do trabalho reprodutivo acerca de economia financeira e administração das finanças de casa ao ir comprar produtos para casa. Como por exemplo, buscar em qual local o produto está com o preço mais baixo. E ainda, saber quais alimentos tiveram alta nos preços e por quais outros substituí-los. Além dessa, houve uma citação acerca da necessidade de remuneração para o trabalho doméstico e sua implicação na economia do país.

Em relação à questão urbana, a maioria das entrevistadas expôs sugestões de melhorias e possuem reclamações das condições atuais.

Apenas uma participante da entrevista relatou não ter defasagem no desempenho acadêmico por conta do trabalho doméstico, talvez pela soma das especificidades, a considerar:

- 1) não compartilha a residência;
- 2) não é mãe;
- 3) realiza as principais refeições na faculdade;
- 4) reside num local próximo ao Campus.

Entretanto, essa situação se mostrou temporária, pois pretende adentrar para o trabalho produtivo em breve para conseguir o próprio sustento e consequentemente o cenário poderá mudar.

Diante do exposto, conclui-se que o debate em torno do trabalho doméstico e a conciliação com a esfera produtiva (pública) bem como suas possíveis implicações no desempenho acadêmico e no cotidiano se mostra atual, em termos da importância da desnaturalização deste trabalho a cargo das mulheres. Assim como, a necessidade de buscar compreensão das estratégias adotadas para a permanência que perpassa por questões urbana e trazer visibilidade para o tema em questão para que se torne conhecido o impacto deste trabalho para a economia, e sobretudo, para a sociedade em geral.

Cabe aqui ressaltar que a motivação desta pesquisa surgiu de diversas mulheres que convivi ao longo da minha trajetória, sobretudo, de minha mãe, a qual aprendi receitas culinárias que amo e replico, e de colegas do curso de graduação de Matemática – Licenciatura, as quais tive o prazer de conhecer um pouco de suas realidades que me inspiram até hoje.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa; PEREIRA, Janine Morais; PERES, Anna Paula Lemos Santos. Ensino Superior brasileiro: a expansão ocorrida entre 1990 e 2012 e a escolarização das mulheres. *In: Colóquio Internacional*, 5., 2015, Montes Claros.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social: Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda**, n. 16, mar. 2020.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Org.) Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*, p. 108, Recife, 2014.

COSTA, Ana Alice. A mulher na força de trabalho. **Revista Feminismos**. v.2, n.2, p.14-22, maio/ago. 2014.

COSTA, Maria Aparecida da; PAZ, Ana Maria de Oliveira. A produção de questionários de pesquisa como gênero acadêmico. **Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-Ceará, v. 03, n. 01, p.106-127, jan./jul, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes. **Dissertação de mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: José Olympio, 1958.

FURNO, Juliana da Costa. **O Trabalho das Mulheres**: entre a produção e a reprodução social. 2015.

GIBB, Lygia Sabbag Fares; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. A Desigualdade na Distribuição do Trabalho Total no Brasil: A Quem Favorece? **Pesquisa & Debate** (São Paulo. 1985. *Online*), v. 26, p. 87, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2019.

IDOLETA, Paula A. Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego. **BBC News Brasil**, São Paulo, 10 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664>. Acesso em: 27 jan. 2022.

ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine. **Nem tudo são rosas** [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47585/nemtudosasoras>. Acesso em: 9 ago. 2022.

KERGOAT, Danièle. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236-247.

LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. **Annual Review of Sociology**, vol. 15, p. 381-404, 1989.

LEONE, Eugenia Troncoso. TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **As Mulheres no Mercado de Trabalho e na Organização Sindical**. 2010.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABATTO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam, **Economia e Sociedade**, Campinas, 2007.

MENDES, Maíra Tavares. Mães na universidade: trabalho reprodutivo e estratégias de permanência, **Revista Feminismos**. v. 8, n. 3, p. 149-163, set/dez., 2020.

RIBEIRO, Arilda I. Miranda. A educação das mulheres no século XIX: o Colégio de Carolina e Hércules Florence de Campinas. (1863-1889). In: LOMBARDI et al. (Orgs.) **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_020.html. Acesso em: 10 jun. 2022

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. Colab. José Augusto de Souza Peres et al. 3. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex Aequo**, Lisboa, v. 33, p. 149-161, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Michelle P.; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930)**: do lar para a escola ou a escola do lar. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art14_15. Acesso em: 10 jun 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. A participação de estudantes universitários no trabalho produtivo e reprodutivo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 896-910, set. 2017.

VIECELLI, Cristina Pereira. Economia e Relações de Gênero e Raça: Uma Abordagem sobre o Emprego Doméstico no Brasil. **Dissertação de Mestrado**. UFRGS. Porto Alegre, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Questionário

28/07/2022 15:21

Termo de consentimento

Termo de consentimento

Título do projeto: Mulheres, Trabalho Doméstico e Ensino Superior: o impacto do trabalho reprodutivo no desempenho acadêmico e estratégias de permanência

Pesquisadora responsável: Gabriela Guimarães

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Peres de Oliveira

Instituição/Departamento: UNIPAMPA – Campus Bagé

Telefone para contato: (55) 996010015

Endereço Postal: Av. Santa Tecla, 2700 07, Getúlio Vargas, 96413-000, Bagé/RS

Local da coleta de dados: Universidade Federal do Pampa - Campus Bagé

Eu, Gabriela Guimarães, responsável pela pesquisa Mulheres, Trabalho Doméstico e Ensino Superior: o impacto do trabalho reprodutivo no desempenho acadêmico e estratégias de permanência, convido a participar de forma voluntária deste estudo. Esta pesquisa pretende compreender o perfil de quem articula trabalho doméstico com o período de sua graduação. O estudo se revela importante na medida de compreender e analisar características e como se dá a carga de trabalho doméstico de estudantes de Matemática-Licenciatura. O questionário é composto por 12 perguntas. As respostas serão posteriormente analisadas. Sua participação constará de se dispor a responder o questionário, a qual traz perguntas sobre informação pessoal e quais afazeres domésticos realiza. O tempo de resposta ao questionário estimado é de aproximadamente 6 minutos. Caso se sinta incomodado/a/e ou constrangido/a/e com as perguntas, poderá desistir ou interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios são indiretos e, como principal benefício, espera-se que os resultados dessa pesquisa ajudem a entender e debater qual o perfil de estudantes do curso que necessita articular com maior intensidade a esfera pública (graduação/estudo) com a esfera privada (lar/família). Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Durante a pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com a pesquisadora responsável pelo e-mail gabrielaquimaraes.aluno@unipampa.edu.br ou com o orientador deste trabalho pelo e-mail cristiancoliveira@unipampa.edu.br. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação das pessoas voluntárias, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

*Obrigatório

28/07/2022 15:21

Termo de consentimento

1. Eu, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de enviar e-mail a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que a participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais a pessoa voluntária acima citada será submetida, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, minha decisão é:

Marcar apenas uma oval.

- Aceito participar da pesquisa
 Prefiro não participar

Pesquisa sobre Trabalho Doméstico na Graduação

2. Você está em qual semestre do curso? E qual o ano e semestre de ingresso (ex.: 2021/2)? *

3. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino
 Não binário/Outro
 Prefiro não dizer

28/07/2022 15:21

Termo de consentimento

4. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 16 e 21 anos
- Entre 22 e 27 anos
- Entre 28 e 33 anos
- Entre 34 e 43 anos
- Entre 44 e 53 anos
- Entre 54 e 64 anos
- Mais de 65 anos

5. Qual a sua renda pessoal mensal? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma
- Apenas bolsa
- Até 1,5 salários mínimos
- Entre 1,6 à 2,5 salários mínimos
- Entre 2,6 à 3 salários mínimos
- Entre 3,1 à 5 salários mínimos
- Entre 5,1 à 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos

6. Você tem filha/o/e? *

Marcar apenas uma oval.

- Não tenho
- Sim, 1
- Sim, 2
- Sim, 3
- Sim, 4 ou mais

26/07/2022 15:21

Termo de consentimento

7. Se sim, quando nasceram (com relação ao período de graduação)?

Marcar apenas uma oval.

- Antes
 Durante

8. Ocupação Profissional (indique todas em que se aplica): *

Marque todas que se aplicam.

- Docente da Educação Básica
 Bolsista (IC, PIBID, RP...)
 Sem trabalho e sem bolsa
 Contratação temporária
 Trabalho de forma autônoma
 Contratação efetiva
 Trabalho em empresa ou indústria
 Outro: _____

9. Caso tenha marcado "Outros", indique quais:

10. Cor/Raça/Etnia *

Marcar apenas uma oval.

- Amarela
 Branca
 Indígena
 Parda
 Preta

28/07/2022 15:21

Termo de consentimento

11. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro
- União estável
- Casado
- Divorciado
- Viúvo
- Outro

12. Caso não tenha casado, você possui pretensão? Por quê?

13. Você divide sua casa? Se sim, quantas pessoas moram com você? *
